



CARACTERÍSTICAS HISTÓRICAS E CONCEITUAIS DA EXTENSÃO NO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA – IFPB

*Maria Cleidenédia Morais Oliveira⁶⁹, Maria José Batista Bezerra de Melo⁷⁰,
George Glauber Félix Severo⁷⁰, Yana Gabrielle Chagas Dantas⁷⁰,
Guilherme Marconi Gomes de Brito⁷⁰*

O presente artigo tem como objetivo discorrer sobre o percurso da Extensão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB), destacando características históricas e conceituais, de modo a integrar a coletânea que visa lançar olhares e refletir sobre sua trajetória na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT), a partir da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008 (BRASIL, 2008). A iniciativa de produzir tal coletânea se deve à Pró-Reitoria de Extensão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN).

O IFPB, instituição pública de referência em formação profissional na Paraíba, está presente, atualmente, em todas as mesorregiões do estado, com a sede da Reitoria localizada na capital, João Pessoa.

Do litoral ao sertão, forma-se um quadro composto por vinte e uma unidades, oferecendo, de acordo com sua capacidade e com a demanda territorial de sua área de abrangência, cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) ou Qualificação Profissional, Técnicos Integrados ao Ensino Médio, Subsequentes ao Ensino Médio, Superiores e de Pós-Graduação. Cursos ofertados tanto na modalidade presencial como a distância.

Dentro desse contexto, além da ampliação da estrutura organizacional, do ponto de vista físico, permitindo o acesso à educação

⁶⁹ Pró-reitora de Extensão e Cultura do IFPB

⁷⁰ Servidores da Proexc IFPB

a parcelas significativas de pessoas residentes na zona urbana ou na zona rural, encurtando a distância da conquista de direitos fundamentais, vivenciamos uma adesão da prática extensionista promovida não só pelas diretrizes da política nacional de educação, que regulamenta a indissociabilidade desta prática com o ensino e a pesquisa, mas também pela sensibilização de profissionais engajados com as políticas públicas e com as possibilidades de transformação social a partir de sua ação coletiva compartilhada com a comunidade.

É certo que, ao longo dos seus 110 anos, várias ações de extensão foram realizadas, envolvendo servidores, discentes e comunidade externa – algumas delas com objetivos específicos ancorados na concepção de extensão da época, outras sem mesmo que se soubesse o que representava aquela prática no contexto histórico e educacional em que se inseria.

De um modo geral, o caminho percorrido pela Extensão no IFPB segue os parâmetros práticos e conceituais oriundos da Extensão universitária no Brasil, que reflete posicionamentos ideológicos próprios de cada conjuntura histórica desde meados do século passado.

Posto isto, para nos debruçarmos sobre a temática da Extensão no IFPB, nos últimos 11 anos, percebemos a necessidade de destacar como essa prática foi sendo construída e concebida no decorrer de sua existência institucional, considerando que cada momento trouxe sua relevância e influência para o que se apresenta hoje.

Este capítulo está dividido em três partes que versam sobre as considerações históricas das ações de Extensão no IFPB: (1) um diálogo de concepções; (2) o desenvolvimento através da explanação da política da Extensão, destacando seus avanços, e (3) as considerações finais.

Considerações históricas da extensão do IFPB: um diálogo de concepções

As primeiras abordagens sobre Extensão no Brasil, data de meados do século XX, com a institucionalização do ensino superior em sistema universitário. A primeira referência legal está expressa no Decreto de nº 19851, de 11 de abril de 1931, embora se registre, em décadas anteriores, a realização da prática extensionista em sistema educacional (BRASIL, 1931).

A Universidade Popular da Universidade de São Paulo é exemplo das primeiras experiências, por volta de 1912, com a oferta de cursos gratuitos

à comunidade em geral. Na sequência, datando de 1920, temos a Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa, hoje Universidade Federal de Viçosa/MG, e a Escola Agrícola de Lavras, atualmente Universidade Federal de Lavras/MG, ambas oferecendo prestação de serviços de assistência técnica aos agricultores.

Nesse contexto, a noção de Extensão era a de levar o conhecimento para a comunidade, ou seja, partia-se do pressuposto de que a Universidade era detentora e produtora do conhecimento. Nessa perspectiva, a concepção de Extensão se apresenta como uma via de mão única, como afirma Melo Neto (2018).

Durante quatro décadas, essa lógica dominou o pensamento extensionista, e foi com base nesse pensamento que Escolas Técnicas Federais e Agrotécnicas começaram a desenvolver suas ações de extensão. A noção de levar o conhecimento foi tão marcada na história da Extensão que, até os dias atuais, percebe-se a interferência dessa concepção no entendimento coletivo do fazer extensionista.

Nos anos de 1980, uma nova concepção começa a surgir nas universidades, fruto dos movimentos políticos e sociais da época, de onde emergiram grandes teóricos da educação, como Paulo Freire e Carlos Rodrigues Brandão, que trouxeram importantes contribuições teórico-metodológicas à prática extensionista, a partir dos ensinamentos da educação popular.

Nesse momento, o pensamento hegemônico sinalizava para a concepção de uma extensão universitária definida “como processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável que viabiliza a relação transformadora com a sociedade”, conforme contribuição do I Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades (Forproex), realizado em 1987, que apresenta também a Extensão como uma via de mão dupla, em que a academia poderia encontrar “[...] na sociedade a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico” (FORPROEX, 1987).

Enquanto avança a discussão em torno da concepção da extensão universitária, a então Escola Técnica Federal da Paraíba (ETFPB) segue desenvolvendo suas práticas cotidianas, independente do pensamento de extensão universitária, apresentando divergências e semelhanças em alguns momentos, que, posteriormente, servirão de base para a extensão tecnológica, iniciada no processo de Cefetização da Escola Técnica, consolidado no final dos anos de 1990.

Algumas ações consideradas de extensão desenvolvidas pela ETFPB (sede João Pessoa), em meados dos anos de 1990, por intermédio do Departamento de Apoio e de Extensão (Dae), mais tarde Diretoria de Relações Empresariais e Comunitárias (Direc), foram: a) Mutirão de Santa Rita, em que discentes e professores do curso de Edificações colaboravam com a comunidade na construção de casas com placas pré-moldadas; b) Projeto Associar, ação de recreação oferecida pela Coordenação de Educação Física às crianças da comunidade do entorno, chamada Paulo Afonso; c) Projeto de Educação Ambiental Integrada para a Orla Marítima, desenvolvido pela Coordenação de Tecnologia Ambiental; d) Criação do Centro de Formação, Cultura, Ciência e Tecnologia do Nordeste, oferecendo cursos extraordinários de línguas estrangeiras, instrumentos musicais e outros, além de eventos e programas comunitários; e) criação da Incubadora Tecnológica (Incubate), com a incubação de seis empresas, estas formadas por alunos egressos da instituição e, ainda, f) ações de articulação com empresas do setor produtivo para viabilizar a abertura de espaços de estágio.

É importante ressaltar que grande parte dessas ações de extensão eram desenvolvidas por meio de parceria com a Fundação de Educação Tecnologia e Cultural da Paraíba (Funetec/PB), fundação de apoio, instituída em meados de 1990.

Com a mudança de Escola Técnica Federal da Paraíba para Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba (Cefet/PB), a Direc passou a ser Diretoria de Extensão e Assuntos Comunitários (Deac), trazendo uma visão mais próxima da extensão universitária, estabelecida nos anos de 1980. A partir desse momento, como instituição de ensino superior regulamentada pelo governo federal, passou a agregar programas por meio de aprovação em chamadas públicas, a exemplo do Casa Brasil, projeto de inclusão digital; Escola de Fábrica; Mulheres Mil; Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Solidários (Incutes); REDEVIVA; MDS-Turismo Rural Sustentável; além da criação do Núcleo de Extensão e Educação Profissional (Neep), do Núcleo de Arte, Cultura e Eventos (Nace) e do Centro de Formação em Pesca e Cultura Marinha.

Em 2008, com a publicação da lei que cria os institutos federais, a busca por uma concepção mais apropriada ao perfil de uma instituição que ofereceria até pós-graduação passou a reforçar o pensamento do lugar da extensão equiparada ao ensino e à pesquisa, assumindo a responsabilidade de contribuir com a efetivação e consolidação do compromisso social da instituição.

Com a criação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (EPCT), por meio da Lei nº 11.892 de 2008, a Extensão começa

a ser considerada uma atividade fim, de acordo com o documento elaborado em 2013 pelo Conselho Nacional das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica (Conif) e pelo Fórum de Extensão da Rede de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Forproext) (CONIF, 2013).

Em torno da concepção, muitas discussões e reflexões foram realizadas em prol da elaboração da política nacional de extensão tecnológica, trazendo uma visão mais comprometida com os setores populares e com os movimentos sociais, numa perspectiva de construção do fazer extensionista que proporcionasse a superação da visão de uma ação como extensão do conhecimento para uma ação construída junto à comunidade, de forma dialogada e compartilhada, em que o conhecimento não representasse um objeto acabado, mas um processo em construção coletiva e democraticamente participativa.

Fruto dessas reflexões, em 2015, no XIII Forproext, foi elaborado um conceito para a Extensão, sobre cuja base o IFPB estabelece as diretrizes que norteiam a sua política de extensão na atualidade. No documento intitulado Contribuições para a Política de Extensão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica define-se que “a extensão é um processo educativo, cultural, político, social, científico e tecnológico que promove a interação dialógica e transformadora entre as instituições e a sociedade, levando em consideração a territorialidade” (FORPROEXT, 2015, p. 2).

Ao pensarmos no percurso da Extensão, acreditamos que estamos sempre em processo de evolução, aprendendo de forma contínua e compartilhada com todos os atores e atrizes envolvidos (e a estes também ensinando) na busca pela transformação social e por uma formação acadêmica cidadã.

Percursos da política de extensão do IFPB

Conforme supracitado no tópico anterior, o fazer extensionista vem sendo instituído em período que antecede a ifetização. A equiparação dos Institutos Federais à institucionalidade das universidades trouxe significativas mudanças no repertório político-pedagógico da formação profissional. A trajetória nesses anos iniciais da ifetização está, então e entretanto, permeada de consensos e dissensos, seja em relação à concepção de extensão ou mesmo na resistência para sua inserção na formação profissional como prática educativa transformadora.

Considerando as contribuições do Forproext para a compreensão da política de extensão da Rede Federal de EPCT, a Proext inicia um processo de reposicionamento da política de extensão institucional em relação ao fomento, à organização, às concepções, aos princípios e às práticas. É importante ressaltar a alteração na denominação da Pró-Reitoria de Extensão que, após a Estatuinte 2015, passou a integrar a Cultura, como resultado do fortalecimento nacional das políticas culturais e, internamente, da práxis dos arte-educadores e demais agentes culturais a partir da Extensão. Tornou-se então Pró-Reitoria de Extensão e Cultura, considerando também a visão de que a relação dialógica proporcionada através do fazer extensionista é o encontro e o compartilhamento de culturas (IFPB, 2015).

Para além das definições presentes na política de extensão do Forproext, inserem-se conceitos que passam a compor o universo da prática extensionista institucional, como o de território; rede social; câmara de extensão; parceiro social; colaborador externo; comunidade; unidades de vivências; inovação social e; rede rizoma. Tais conceitos têm como ponto nevrálgico os Núcleos de Extensão da Rede Rizoma do IFPB-NERR (IFPB, 2017).

Nesse sentido, definiram-se como objetivos da política de extensão e cultura do IFPB a composição de coletivos acadêmicos e comunitários; a articulação de possibilidades de trabalho social e/ou cultural, integrando os diversos tipos de conhecimento ao saber popular; o incentivo à prática acadêmica com vistas ao desenvolvimento da consciência social, ambiental, cultural e política dos educandos; a valorização dos programas de extensão e as atividades voltadas para o intercâmbio e a solidariedade; e, por fim, a ampla interação com a sociedade e seus distintos segmentos (IFPB, 2017).

No que tange à organização da extensão e cultura, consolidou-se o uso do módulo extensão no Sistema Unificado da Administração Pública (SUAP) para o cadastro dos parceiros sociais, registro, gerenciamento e avaliação das ações de extensão, dos núcleos, dos empreendimentos e dos grupos artísticos e coletivos culturais.

Em termos de estruturação, criaram-se as coordenações, departamentos e postos de trabalhos administrativos, nos *campi*, considerando as demandas e potencialidades, de modo a garantir a gestão local e a articulação das políticas educacionais da extensão e cultura entre os coletivos extensionistas e as comunidades e/ou arranjos produtivos.

Também foi criado o Comitê de Extensão, formado pelas coordenações de extensão e cultura dos *campi*, e a Proexc, que passaram a atuar conjuntamente nas Câmaras de Extensão, funcionando como um fórum social local, a fim de levantar demandas e identificar saberes no âmbito de

cada *campus*, no sentido de definir as linhas prioritárias de Extensão dos *campi* e do IFPB, em conjunto com as redes sociais dos territórios. Ademais, foi incentivado que as unidades acadêmicas, a partir de sua área de conhecimento e seu corpo gestor, em parceria com agentes da comunidade, realizassem imersões em unidades de vivências (espaços comunitários), proporcionando diálogos extensionistas que pudessem se desdobrar em ações de extensão (IFPB, 2017).

Nesse ínterim, a Proexc passou a envidar esforços para garantir a creditação/curricularização da Extensão, a partir das ações desenvolvidas pelos coletivos acadêmicos e comunitários dos Núcleos de Extensão, possibilitando a constituição de espaços compartilhados de construção de conhecimento, de modo a dar significado ao processo de aprendizagem (SOUZA; MEDEIROS, 2016).

Desse modo, destacam-se, ainda, outras ações da política que possibilitam o fazer extensionista: o Programa Institucional de Bolsas de Extensão e Cultura; o Programa de Fortalecimento dos Núcleos de Extensão; o Programa Integrador Escola-Comunidade (Piec); o Programa de Realização de Eventos de Extensão e Cultura; o Programa de Apoio Institucional para Articulação, Implementação e/ou Implantação de Empreendimento Social; o Programa Cultura em Rede; o Programa Educomunicação; além do apoio à política de economia solidária através da Incutes. A criação, em 2013, da revista *Práxis: saberes da extensão*, possibilitou um espaço de reflexão, divulgação e disseminação dos resultados e processos da extensão desenvolvidos com o fomento dos programas institucionais e em fluxo contínuo. Posteriormente, houve o fortalecimento do campo editorial da Proexc com o empreendimento de diversas outras publicações de livros e revistas temáticas de extensão e cultura.

É fato que a expansão da Rede Federal de EPCT representa um marco histórico na oferta educacional brasileira, alcançando os diversos lugares do Brasil profundo. Na Paraíba, o IFPB iniciou o primeiro ano de atividades com 8 *campi*: Cajazeiras, Sousa, Princesa Isabel, Monteiro, Picuí, Campina Grande, João Pessoa e Cabedelo. Nesse contexto, conforme relatório de gestão 2009 (IFPB, 2010), foram desenvolvidas um total de 63 atividades de extensão, a saber: 23 projetos; 2 programas; 26 cursos e 12 eventos. Faz-se importante salientar que o único programa com fomento instituído na então Proext era o Programa de Bolsas de Extensão do IFPB (Probext).

Atualmente, considerando os dados consolidados do ano de 2018, conforme consulta ao Sistema Unificado de Administração Público (Suap) no módulo extensão, houve um aumento de 162,5% no quantitativo dos *campi*.

Isto é, 21 (vinte e uma) unidades entre os consolidados, em implantação e avançados. Em relação ao quantitativo das atividades de extensão, foram realizadas 227 ações, considerando apenas as que foram fomentadas e registradas no Suap. Esse valor representa um aumento de 260% em relação aos números de 2009, de modo que foram realizados 161 (cento e sessenta e um) projetos; 19 programas; 27 eventos; 10 prestações de serviços e 9 ações de extensão cultural com edital específico. Além disso, destaca-se a existência de 101 Núcleos de Extensão, com atuação nos diversos *campi*.

Considerações finais

A Extensão do IFPB avançou em termos conceituais e, também, na diversificação territorial e das ações. Ampliou o escopo dos programas institucionais de fomento para além do Protext, em acordo com as diretrizes do Forproext. A inserção da Cultura traz o desafio da construção de uma diretriz política nacional, conforme tem sido construída no Fórum Nacional de Gestão Cultural das Instituições de Educação Superior (Forcult), que também esteja em consonância com os fazeres extensionistas.

Para além da construção conjunta de extensão e cultura no IFPB, vislumbra-se, entre outros potenciais desafios vindouros, a (permanente) luta por este modelo de formação profissional, científica e tecnológica, a partir de uma instituição de educação pública, gratuita e de qualidade socialmente referenciada. Tal modelo se insere, através da Extensão, em uma posição dialógica com a sociedade, com vistas à superação das problemáticas do terceiro mundo. Por fim, acredita-se que a creditação/curricularização da Extensão, desafio comum que estará em pauta nos próximos anos, proporcionará efetivamente sua vivência na formação superior.

Referências

BRASIL. **Decreto de nº 19851**, de 11 de abril de 1931. Dispõe que o ensino superior no Brasil obedecerá, de preferência, ao sistema universitário, podendo ainda ser ministrado em institutos isolados, e que a organização *technica* e administrativa das universidades é instituída no presente Decreto, regendo-se os institutos isolados pelos respectivos regulamentos, observados os dispositivos do seguinte Estatuto das Universidades Brasileiras.

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 29 dez. 2008.

BRITO, G. M. G. **Pró-Reitoria de Extensão (PROEXT)**: uma visão da evolução da extensão. Apresentação em Power point.

CONIF. CONSELHO NACIONAL DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA (Brasil). **Extensão Tecnológica**. Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Cuiabá, MT: CONIF/IFMT, 2013.

FORPROEX. FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. **Conceito de Extensão, institucionalização e financiamento**. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/1987-I-Encontro-Nacional-do-FORPROEX.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2020.

FORPROEX. FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO OU CARGOS EQUIVALENTES DAS INSTITUIÇÕES DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA. Contribuições para a política de extensão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. *In*: REUNIÃO DO FORPROEX, 13., 2015, Brasília.

IFPB. INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA. Pró-Reitoria de Extensão e Cultura. **Nota técnica nº 002 PROEXC/IFPB, de 11 de dezembro de 2017**. Dispõe sobre diretrizes, concepções, linguagens, e processos dos “fazeres extensionistas” no âmbito do IFPB. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/proexc/assuntos/principais-normas-e-legislacoes/nota-tecnica-no-02-2017-proexc>. Acesso em: 14 jan. 2020.

IFPB. INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA. Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional e Interiorização. **Relatório de gestão do exercício de 2009**. João Pessoa, 2010.

IFPB. INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA. Conselho Superior. Resolução nº 246, 18 de dezembro de 2015.

Dispõe sobre o Estatuto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, nos termos da legislação em vigor. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/transparencia/documentos-institucionais>. Acesso em: 15 jan. 2020.

MELO NETO, J. F. Extensão Universitária como Trabalho Social Útil. *In*: MELO NETO, J. F. **Extensão no cotidiano da Universidade**: um exercício de interpretação ou de intervenção? Belém: UFPA, Pró-Reitoria de Extensão, 2018.

SOUSA, B. A.; MEDEIROS, V. M. (org.). **Rede Rizoma**: movimento de extensão no IFPB. João Pessoa, PB: IFPB, 2016.